

INCLUSÃO SOCIAL PELO ESPORTE: O ESTUDO DE CASO DO TIME FEMININO DO CLUBE PORTUGUÊS DO RECIFE

Phd. Carlos José de Oliveira e Silva Rodrigues¹Emanuel Leite Jr. ²Ms. Marcelo Maia Rego Toscano³

Para citar este artículo puede utilizar el siguiente formato:

Carlos José de Oliveira e Silva Rodrigues, Emanuel Leite Jr y Marcelo Maia Rego Toscano (2021): "Inclusão social pelo esporte: o estudo de caso do time feminino do clube português do Recife", Revista de Desarrollo Sustentable, Negocios, Emprendimiento y Educación RILCO DS, n. 19 (p.p. 22-40, mayo 2021). En línea:

<https://www.eumed.net/es/revistas/rilcoDS/19-mayo2021/inclusao-social>

RESUMO

O departamento de handebol do Clube Português / Aeso, Recife (Brasil), é uma referência nacional de qualidade, reconhecida pela Confederação Brasileira de Handebol como um dos principais clubes do país. Este artigo busca compreender o papel do esporte na promoção da inclusão social. E por meio de entrevistas e questionários com atletas, ex-atletas, diretores e treinadores, este trabalho procura compreender em que medida as atividades realizadas pelo Clube Português do Recife (CPR) efetivamente possibilitaram a inclusão social de seus atuais e ex-atletas. No entanto, o Clube Português do Recife é mais do que uma referência em termos de desempenho desportivo de elite no handebol. Com parcerias com universidades e escolas privadas em Recife e Região Metropolitana, o clube busca treinar não apenas atletas, mas também capacitar os cidadãos, oferecendo aos seus jogadores uma estrutura que lhes permita ter acesso a treinamento educacional. Por isso, o presente estudo analisou o perfil socioeconômico das atletas femininas e ex-atletas de handebol do Português. Constatou-se que a maioria dos atletas e ex-atletas tem suas origens em comunidades de baixa renda, sofrendo com uma estrutura precária dos serviços governamentais mais básicos, como saúde, educação, saneamento básico, segurança e outros.

PALAVRAS-CHAVE: Política Pública; Esporte Amador; Inclusão Social

¹ cjose@ua.pt - Universidade de Aveiro

² emanuel.leite.junior@ua.pt - University of Aveiro, Department of Social, Political and Territorial Sciences, PhD Student

³ marcelomrt@ua.pt - University of Aveiro, Department of Social, Political and Territorial Sciences, PhD Student. Professor of FACHUCA

SOCIAL INCLUSION THROUGH SPORT: THE CASE OF THE CLUB PORTUGUÊS DO RECIFE FEMALE HANDBALL TEAM

ABSTRACT

The handball department of Clube Português/Aeso, Recife (Brazil), is a national reference of quality, recognized by the Brazilian Confederation of Handball as one of the main clubs of the country. This paper seeks to understand the role of sport in promoting social inclusion. And through interviews and questionnaires with athletes, former athletes, directors and coaches, this paper tries to understand the extent to which the activities performed by the Clube Português do Recife effectively enabled the social inclusion of their current and former athletes. However, the Clube Português do Recife is more than a reference in terms of elite performance sport in handball. With partnerships with universities and private schools in Recife and its Metropolitan Region, the club seeks to train not only athletes, but to empower citizens, offering its players a structure that enables them to have access to educational training. That is why the present study analyzed the socioeconomic profile of the female athletes and former handball athletes of the Português. It found that most athletes and ex-athletes have their origins in low-income communities, suffering with a precarious structure of the most basic governmental services such as health, education, basic sanitation, security and others.

KEYWORDS: Use until five (05) keywords by separating them with commas

INTRODUÇÃO

2. Inserção social pelo esporte

O esporte é tem um destaque relevante na socialização por alcançar abordagens e valores como coletivismo, amizade e solidariedade, que são proeminentes para vencer as agruras da pobreza. Na visão dos pesquisadores Elias e Dunning (1992), o esporte é uma maneira de mitigar a violência, dentro de uma concorrência controlada, onde o respeito à vida é um elemento essencial e basilar.

O desenvolvimento do esporte dentro das classes financeira mais carentes e populares, serve como um meio de elevação social, de maneira especial por aqueles que são residentes em comunidades violentas, pode representar uma forma de autorrealização e de superação da condição de não ter direitos de cidadania plena.(Vianna & Lovisolo, 2011)

De maneira evidente, diversos exemplos já demonstraram que esporte e as atividades de lazer podem exercer um papel positivo sobre a socialização de crianças e jovens não são novas. Apenas como processo exemplificador, diversos projetos em favelas no Rio de Janeiro da Secretária do Esporte do Município vêm dando resultados positivos. Dentro de uma comunidade popular ainda não pacificada, a favela do Acari, no subúrbio do Rio de Janeiro, o Programa Segundo Tempo leva cidadania para cerca de 100 estudantes carentes. Protegidos do perigo das ruas, longe da violência

urbana, crianças e adolescentes protagonizam uma realidade bem diferente. Nesse novo cenário de vida motivado pelo esporte, encontram o apoio de pessoas que têm na inclusão sua bandeira de luta. (Secretária de Esporte do Rio Janeiro, 2017).

Para a Organização das Nações Unidas (2013) a inserção social é um conceito relacionado às políticas públicas de redução da desigualdade social, inserindo em termos sociais e econômicos pessoas que estão à margem da sociedade, seja por forma de projetos educativos, profissionalizantes, de moradia, entre outros. Visa incluir os excluídos da sociedade, tanto no trabalho, como no cuidado diário em situação de pobreza. Além disso prega a busca pelo acesso à tecnologia e desenvolvimento tecnológico, moradia e aquisição de equipamentos.

O reconhecimento do esporte como canal de socialização positiva ou inclusão social é revelado pelo crescente número de projetos esportivos destinados aos jovens das classes populares, financiados por instituições governamentais e privadas (Vianna & Lovisolo, 2011). Ainda os autores apesar do crescimento no número de projetos com as características mencionadas, a teorização existente sobre as relações do esporte com grupos submetidos a riscos ou marginalizados pela pobreza, não parece atentar para o que diz respeito ao entendimento das racionalidades locais dos agentes do processo de intervenção, ou seja, para as ações das crianças e jovens em relação aos programas.

Por fim, esse trabalho tem a intenção de comprovar a importância do Esporte para a inserção de jovens que vivem num ambiente de violência, pobreza e diversas outras mazelas que enfrentam na cidade do Recife. Mostrar que mesmo com pouco apoio governamental e com pouco apoio o esporte serve como processo de inserção e faz toda diferença na vida de jovens que não teriam oportunidades.

METODOLOGIA

Este trabalho tem como principal método de investigação um estudo de caso. Este estudo é qualitativo onde enfatiza-se episódios significativos e contexto de acontecimentos da realidade dos envolvidos no estudo de caso. Verificou-se uma necessidade de examinar artigos científicos, relatórios, notícias e coisas do gênero para melhor compreensão da realidade dos atores estudados, além de subsidiar os questionários e as entrevistas realizados com os envolvidos no departamento de handebol do CPR.

As entrevistas e os questionários respondidos pelas atletas, ex-atletas, treinadores e diretor do CPR foram utilizadas retratar as múltiplas perspectivas sobre o estudo de caso. Responderam um questionário online com perguntas semi-estuturadas:

- 62 atletas maiores de 12 anos e que são efetivamente federadas na Federação Pernambucana de Handebol.
- 10 ex-atletas do CPR que já estão a 1 ano afastadas das atividades esportivas.

Além dessas, foi feito com os três treinadores das equipes femininas uma entrevista com perguntas orientadas no modelo “*focus group*”. Com o diretor foi feito uma entrevista individual com perguntas orientadas.

As entrevistas e inquéritos foram as vias principais deste trabalho para entender as realidades múltiplas dos atores envolvidos. Por fim, confrontados os dados bibliográficos com a realidade descrita nos inquéritos e entrevistas para entender como o handebol do Clube Português pode transformar realidade das atletas.

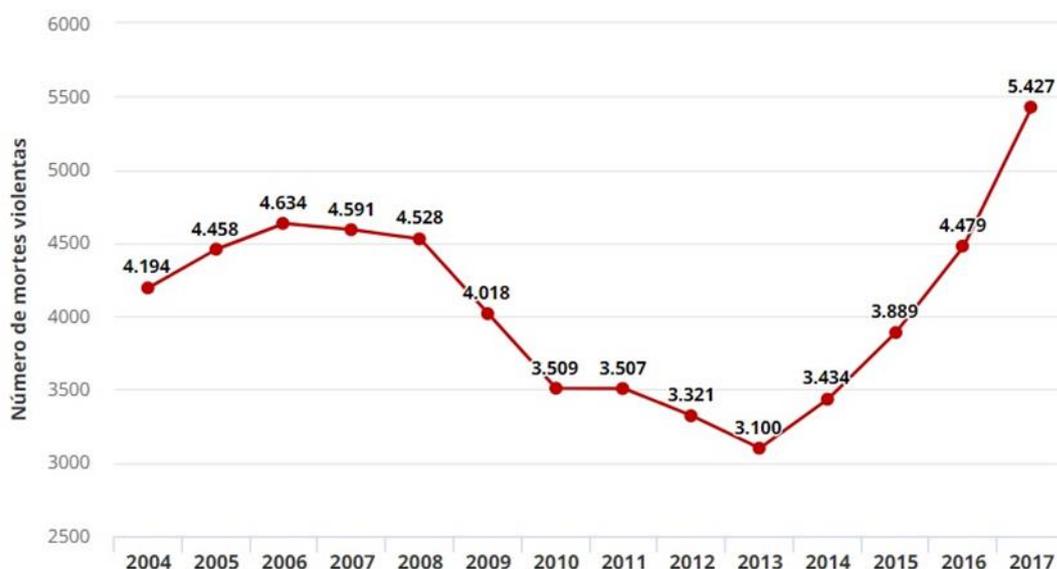
ESTUDO DE CASO: O HANDEBOL DO CLUBE PORTUGUÊS DO RECIFE

4.1. Realidade da Violência em Pernambuco e as atletas de handebol do CPR

Pernambuco encerrou 2017 com 5.427 assassinatos registrados ao longo dos 12 meses do ano. O número é 21,1% maior do que os 4.479 assassinatos contabilizados em 2016, essas informações foram divulgadas pela Secretária de Defesa Social de Pernambuco (SDS) (Secretaria de Defesa Social de Pernambuco, 2018). Na figura 1. Apresenta-se uma evolução das taxas de homicídios desde 2004, quando o Governo de Pernambuco começou a registrar a criminalidade como parte do programa Pacto Pela Vida.

Figura 1.

Evolução anual das taxas de homicídios em Pernambuco



Fonte: Secretaria de Defesa Social de Pernambuco

Destaca-se que o levantamento mensal da SDS, revela que Pernambuco registou uma morte (CVLIs) a cada duas horas, em média, só no mês de agosto de 2017. Ainda de acordo com a SDS, Recife é o município com maior número de assassinatos em 2017, com 790 mortes só na capital. A

região metropolitana atingiu a marca dos 1.574 assassinatos no ano de 2017. (Secretaria de Defesa Social de Pernambuco, 2018)

Uma organização de pesquisa não governamental mexicana: Seguridad, Justicia y Paz organizou informações da violência no mundo utilizando fontes oficiais dos governos locais para criar um ranking das cidades mais violentas do mundo. Em 2018, publicou o ranking das 50 cidades com mais de 300 mil habitantes mais violentas do mundo. A região metropolitana do Recife aparece na 22ª posição com 2.180 homicídios para uma população de 3,965,699 habitantes e uma taxa 54.96 por 100 mil habitantes. Vale destacar que a região metropolitana do Recife é composta dos municípios de Araçoiaba, Cabo de Santo Agostinho, Camaragibe, Igarassu, Ilha de Itamaracá, Ipojuca, Itapissuma, Jaboatão dos Guararapes, Moreno, Olinda, Paulista, Recife e São Lourenço da Mata (Consejo Ciudadano para La Seguridad Pública y Justicia Penal AC, 2018).

As 62 atletas moram em 7 municípios diferentes dentro da região metropolitana do Recife. A tabela 1 irá apresentar esses municípios e apresentará também a quantidade de mortes, assaltos a ônibus, violência doméstica e estupros em cada município no ano de 2017. Podendo assim, criar um pequeno entendimento do ambiente em que as atletas do CPR convivem diariamente.

Tabela 1.

Mapa da violência no município onde reside as atletas de handebol do Clube Português Recife

Município	Morte Violenta (CVLi)	Crimes (CVP)	Violência doméstica contra mulher	Estupros
Cabo de Santo Agostinho	198	3.202	768	74
Jaboatão dos Guararapes	398	9.213	1.993	143
Paulista	223	5.282	1.256	113
Recife	790	40.706	9.523	403
Moreno	59	694	93	19
Abreu e Lima	71	1.524	349	21
Olinda	163	8.339	1.818	138
TOTAL	1.902	68.960	15.800	911

Fonte: Relatórios anuais da Secretária de Defesa Social de Pernambuco

Apresentaremos as definições de cada crime de acordo com Secretária de Defesa Social de Pernambuco:

- Crimes Violentos Letais e Intencionais (CVLI) é um indicador constituído pelos crimes de homicídio doloso, latrocínio e lesão corporal seguida de morte.
- Entende-se por CVP todos os crimes classificados como roubo, extorsão mediante sequestro e roubo com restrição da liberdade da vítima, exceto o roubo seguido de morte (latrocínio) que já é contabilizado no indicador de Crimes Violentos Letais e Intencionais (CVLI). Sendo roubo o

ato de subtrair coisa alheia móvel, para si ou para outro, mediante grave ameaça ou violência à pessoa (ou não), ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência.

- Violência doméstica e familiar contra a mulher, vários crimes já existentes na legislação penal pátria receberam uma classificação especial, quando o delito for cometido mediante ação ou omissão baseada no gênero, for cometido contra a mulher causando a morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial no âmbito da unidade doméstica, no âmbito da família, ou em qualquer relação íntima de afeto, ainda consiste crimes: ameaça por violência doméstica/familiar; calúnia por violência doméstica/familiar; constrangimento ilegal por violência doméstica/familiar; dano por violência doméstica/familiar; difamação por violência doméstica/familiar; estupro de vulnerável por violência doméstica/familiar; estupro por violência doméstica/familiar; homicídio por violência doméstica/familiar; injúria por violência doméstica/familiar; lesão corporal por violência doméstica/familiar; maus tratos por violência doméstica/familiar; perturbação do sossego por violência doméstica/familiar; vias de fato por violência doméstica/familiar e outros crimes por violência doméstica/familiar.

- A nossa legislação contempla o crime de estupro (art. 213 CPB), cujas vítimas podem ser qualquer pessoa, exceto as menores de 14 anos, ou pessoa que, por enfermidade ou deficiência mental não tiver o necessário discernimento para a prática do ato, ou que, por qualquer outra causa, não puder oferecer resistência, sendo nesses casos o estupro de vulnerável (art. 217-A), inclusive os decorrentes de violência doméstica familiar.

Como já dito, a tabela 1 apresenta números de alguns problemas do ambiente diário das atletas do handebol do CPR. São aproximadamente 58 atletas vivendo em municípios onde a violência fora e dentro de suas residências parecem ser banais e fora do controle das autoridades públicas. A violência é apenas um dos problemas enfrentados pelas atletas. Outros como falta de Educação básica, saneamento básico, ausência do poder público e outras mazelas fazem parte do cotidiano das atletas.

4.2. Realidade da educação em Pernambuco e das atletas de handebol do CPR

O Estado de Pernambuco vem atuando de forma mais efetiva em programas públicos para educação estadual. Alguns programas educacionais como o Programa Ganhe o Mundo que enviou mais de 20 mil alunos da rede estadual de ensino para países como Estados Unidos, Canadá e Inglaterra. Outra iniciativa do governo foi a distribuição de tablets para os alunos da rede estadual de ensino pelo programa “Alunos Conectados”. Esses e outros trazem benefícios melhoraram a qualidade da educação básica de Pernambuco é o que diz o Ministério de Educação (MEC) por meio do seu índice de desenvolvimento de educação brasileiro (IDEB). Em 2015 o estado de Pernambuco era o quarto estado na lista do desempenho escolar de nível médio, em 2016 Pernambuco passou para primeira colocação no ranking dos melhores estados de educação básica do Brasil.(Ministério da Educação, 2015)

Porém, de acordo com a Unesco os níveis de analfabetismo acima de 5% são considerados inaceitáveis internacionalmente. (Unesco, 1993) Na Tabela 2 é apresentado as taxas de analfabetismo nos municípios que as atletas residem:

Tabela 2

Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade, por grupos de idade

MUNICÍPIO	15 ANOS OU MAIS	15 A 24 ANOS	25 A 59 ANOS	MAIS DE 60 ANOS
Cabo de Santo Agostinho	13,01	3,61	12,08	39,96
Jaboatão dos Guararapes	9,12	2,66	8,41	25,65
Paulista	6,18	1,83	5,30	18,08
Recife	7,13	2,25	6,51	16,88
Moreno	19,20	5,07	17,77	46,27
Abreu e Lima	10,15	2,47	8,61	31,65
Olinda	7,03	2,25	6,23	17,25

FONTE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Censo 2010.

Apesar das taxas de analfabetismo para pessoas com mais de 15 superarem os 5% aceitáveis pela UNESCO nos municípios que as atletas residem, é importante destacar que entre 15 a 24 anos as taxas de analfabetismo são todas abaixo do índice aceitável pela UNESCO, somente o município de Moreno é que está no limite do índice. Aparentemente os dados uma melhora do ensino em comparação com as outras faixas etárias.

Porém existe um problema relacionado com os altos índices de analfabetismo entre os mais velhos. Os pais das atletas situam-se nessas faixas etárias com maiores probabilidades de analfabetos. Isso implica muitas vezes nas decisões dos pais em não valorizar os estudos e priorizar que as atletas trabalhem ao invés de estudar.

Todos os anos, de acordo com treinadores, eles solicitam que os pais compareçam ao clube para uma reunião de conscientização relacionados a importância da escola e da universidade para as atletas. De acordo com a treinadora Monique relata que: “os pais das alunas que estão na escola se preocupam mais e comparecem as reuniões, mas os pais das atletas mais velhas, quase nunca comparecem, a gente não sabe se as atletas não comunicam ou se os pais não têm interesse”.

Apesar das informações das taxas de analfabetismo entre os jovens pernambucanos se mostrarem positivos, esses dados não refletem no ensino superior. O quadro 3 apresenta um resumo das Instituições de Ensino Superior do Estado. O estado de Pernambuco conta com atualmente com 101 entidades de nível superior, dessas apenas 1 é de responsabilidade do Estado de Pernambuco, 5 são Universidades Federais e de responsabilidade do Governo Federal e outras 22 são de responsabilidade dos municípios.

Tabela 3.

Número de Instituições de Educação Superior, por Organização Acadêmica e Localização (Capital e Interior).

da Federação / a Administrativa		Instituições													
		Total Geral			Universidades			Centros Universitários			Faculdades			IF	
		Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior	Total	Ca
		101	35	66	5	4	1	4	1	3	90	29	61	2	
Pública		28	4	24	4	3	1	.	.	.	22	.	22	2	
	Federal	5	3	2	3	2	1	2	
	Estadual	1	1	.	1	1	
	Municipal	22	.	22	22	.	22	.	
Privada		73	31	42	1	1	.	4	1	3	68	29	39	.	

Fonte: Censo da Educação Superior, INEP 2016.

Aqui reside o problema. Muitas das atletas não conseguem ser aprovadas nas Universidades Federais ou na Universidade Estadual, onde muitas vezes a concorrência chega a ter 30 candidatos para uma vaga. Ou seja, o número limitado de universidades públicas e a alta concorrência impossibilita a entrada das atletas nas universidades públicas.

Ainda no cenário das instituições de poder público, o estado conta com 22 autarquias municipais, ou seja, essas faculdades são administradas pelos municípios, porém é juridicamente permitido a cobrança de mensalidades aos alunos e normalmente se situam muito distante dos municípios que nossas atletas residem. Entre os municípios que as atletas residem, somente Recife e o Cabo de Santo Agostinho que mantém faculdade municipal. As duas instituições são pagas e a do Cabo de Santo Agostinho tem nota mínima do índice de qualidade do Ministério da Educação.

No final as atletas têm como opção as universidades particulares. O problema de renda da familiar apresentado pelas famílias é a maior barreira para o ingresso das atletas em faculdades particulares em Recife. De acordo com nosso questionário socioeconômico constatamos que aproximadamente 70% das famílias das atletas sobrevivem com até R\$2.862,00 reais (€647,96 euros). No primeiro semestre deste ano, a média geral do valor das mensalidades dos cursos de ensino superior no país ficou em R\$ 898 reais (€203,00 euros), segundo o Mapa do Ensino Superior no Brasil 2017 (Ministério da Educação, 2015).

Seria praticamente impossível as atletas estudarem em faculdades públicas com seus próprios recursos. Talvez conseguissem usando algum subsídio governamental como o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) esse financiamento público é destinado para alunos do 3º grau de baixa renda. Destaca-se que desde 2015 os recursos para o financiamento público reduziram 30% de acordo com o Ministério da Educação (Estadão, 2017).

O Clube Português hoje tem à disposição 40 bolsas em um colégio particular com 22 das 23 atletas do clube matriculadas e estudando no ensino médio. Além disso, mantém uma parceria há

mais de 10 anos com uma das mais tradicionais (50 anos de existência) e sempre bem-conceituada pelo Ministério da Educação de Pernambuco. Além disso, essa a Faculdades Integradas Barros Melo – AESO é situada em Olinda, o que facilita o deslocamento das atletas que moram em Recife e me Olinda. Ao todo essa Faculdade oferece 20 bolsas atletas ao Feminino e 20 ao masculino.

Apesar de oferecer uma estrutura de ensino de excelente qualidade, projetos de empregabilidade e cursos inovadores. A AESO não oferece cursos na área de saúde como os fisioterapia e educação física. Esses cursos normalmente são os de maior procura pelos atletas e o clube se viu na obrigação de buscar parcerias com uma nova instituição, sem que perdesse o vínculo com a AESO. Em 2015 o clube acertou a parceria com a Universidade Salgado de Oliveira – Universo. Que oferece 20 bolsas de estudos nos cursos de saúde para o feminino e para o masculino.

De acordo com a avaliação presencial realizada pelo MEC o curso de Direito na Faculdades Integradas Barros Melo, obteve nota 5, média máxima conquistada apenas por faculdades de Direito vinculadas a instituições públicas. No site do MEC o índice geral dos cursos (IGC) informa que a faculdade tem nota 3 numa pontuação máxima de 5. Vale destacar que o principal curso é o de direito que tem nota 5, Publicidade tem nota 4 e Administração tem nota 3 no site do MEC. Esses 3 são os cursos que tem 80% das atletas matriculadas atualmente. O mesmo acontece com a Universo, que mantém uma nota 3 no IGC do MEC. Os cursos de Educação Física e Fisioterapia mantém a nota de 3 na avaliação individual. Esses dois cursos representam 100% das atletas vinculadas com a Universidade. (Inep, 2015).

As atletas não têm nenhum custo com seus estudos. Além disso, as duas instituições oferecem aos atletas laboratórios próprios e encaminhamento ao mercado de trabalho. Empresas Junior, central de estágios e clinicas-escola (somente no universo) são determinantes na inclusão das atletas dentro do mercado de trabalho.

4.3. Resultados dos inquéritos com as atletas, ex-atletas, treinadores e diretor do CPR

Essa pesquisa foi realizada com 62 atletas de handebol do CPR. Vale ressaltar que apesar da questão 1 optarmos em dividir por categorias, as atletas das categorias inferiores são “promovidas” para jogar nas categorias acima. Por exemplo, uma atleta infantil pode jogar na equipe juniores. Não consideramos as 140 atletas menores de 12 anos que participam de treinamentos e atividades rotineiras oferecidas pelo clube, pois as mesmas ainda não disputam campeonatos, assim não fazem parte do grupo efetivo de atletas.

Consideramos cadetes as atletas que estão com idade menores de 16 anos, juvenil entre 16 e 18 anos, juniores de 18 a 21, e equipe adulta a partir de 21 anos. Entrevistamos os seguintes quantitativos por categoria.

Cadete – 23 atletas num total de 37,7%.

Juvenil – 10 atletas num total de 16,4%.

Junior - 11 atletas num total de 18%.

Adulto – 17 atletas num total de 27,9%.

Fizemos um levantamento do endereço de residência das atletas com a finalidade de apresentar alguns índices de violência, saneamento básico, renda e educação. Além disso, destacamos a dificuldade das atletas nos seus deslocamentos entre suas casas e os treinamentos no clube.

4.3.1 Deslocamento

De acordo com a pesquisa, 91% das atletas utilizam o transporte público para ir treinar (treinamentos diários). Ou seja, apenas 6 atletas utilizam carro como meio de transporte (o clube não custeia e nem existe contrapartida do clube para quem vai treinar com seu veículo) para o treino. Dentre as atletas 3 tem carros próprios e são da equipe adulta e curiosamente moram em bairros próximos (Torre, Espinheiro e Boa Viagem) e as outras 3 são da equipe cadete, onde os pais levam as atletas de carro para os treinos.

Sabe-se que a quantidade de assalto a ônibus na capital pernambucana tem índices elevadíssimos. Durante todo o ano de 2017 foram registrados 3.797 assaltos a ônibus, o que corresponde ao dobro das ocorrências em 2016, e uma média diária de 10,4 de janeiro até o dia 24 de maio, foram registrados 1038 assaltos (média de 7,2 por dia). Apesar do número de assaltos ter diminuído, a contabilidade que o estado divulga é imprecisa. Na conta do Estado, só entra como assalto quando os ladrões roubam a receita dos ônibus e não só dos passageiros. Por isso, nos BRTs, por exemplo, em que não há cobrador, o levantamento não é divulgado com veracidade. Dentre as atletas que utilizam ônibus para ir treina, 65% disseram que já foram vítimas de assalto quando estavam vindo treinar ou presenciaram assalto aos ônibus em que elas estavam. Além disso 83% das atletas relatam que já se sentiram assediadas dentro do transporte público indo ou voltando para o treino.

Para minimizar o problema de assalto, o treinador Cristiano disponibilizou uma sala para que as atletas deixem seus tênis e alguns pertences no clube evitando assim que roubem os tênis, bolsas e outros equipamentos para dar continuidade aos treinos. De acordo com Cristiano Rocha,

“muitas vezes as atletas passam 1 ou 2 horas para chegar no clube ou ir para casa, a ausência de segurança permite e a sociedade machista permite que alguns homens abordem as atletas, e muitas delas chegam no clube chorando e assustadas, mas graças a Deus nenhuma relatou crime sexual, apenas alguns roubos de telefone, mochilas e tênis”.

O CPR, local de treinamento fica situado na zona Norte do Recife no Bairro das Graças, considerado um dos metros quadrados mais caro da capital Pernambucana (Pernambuco, 2017). A pesquisa aponta que 43,5% das atletas moram na cidade do Recife e 54,5% moram em cidades vizinhas. Apesar de morar em Recife os bairros de maior incidência entre as atletas se situam na periferia e muito distante das redondezas do clube, os bairros afastados e que se necessita de transporte para chegar ao clube são: Totó, Torreão, Iputinga, UR7, Macaxeira, Casa Amarela, Totó,

Coqueiral, Roda de Fogo, Santo Amaro, Várzea, Cordeiro e Torrões. Apenas duas atletas moram nas proximidades do clube, podendo chegar sem transporte público, as atletas moram nos bairros da Torre e Espinheiro respectivamente.

A má qualidade do transporte público, o trânsito caótico da cidade do Recife, os preços das passagens e os altos índices de violência nos transportes públicos são problemas que estão presentes dia a dia das atletas. Esses problemas refletem no desempenho do treino e em suas atividades esportivas. Para minimizar os impactos desses problemas nas atividades das atletas o CPR pretende ou já executa ações:

- O departamento do clube tem a intenção de ter um ônibus que fosse capaz de deixar as atletas próximas das suas casas evitando assim crimes e assédios em transportes públicos no deslocamento para chegar e sair do treino.
- O clube fornece residência (república) para 6 atletas da equipe masculina a 300m do clube português para minimizar os custos de deslocamento para os atletas que moram longe. Está se tentando organizar uma república para a equipe feminina, com isso reduzir além dos custos com passagens a redução dos riscos da violência.
- O clube mantém uma sala de bem-estar para as atletas descansarem, sala de leitura, sala de depósito de materiais e mais uma sala para refeições.
- São algumas ações que o CPR pretende ou já executa para minimizar esses problemas:
- O clube oferece algumas palestras com psicólogos e atendimentos gratuitos para os pais e responsáveis das atletas para identificar possíveis abusos e violência com as atletas. Apesar disso, muitos pais não aparecem nas palestras e consultas. O clube não tem condições de fazer o atendimento na casa das atletas.

4.3.2 Educação como moeda de troca

Todas as atletas estão matriculadas em escolas ou faculdades, na grande 88,7% estudam em instituições privadas com apenas 11,3% estudando em escolas ou universidades públicas. O clube português oferece bolsa de estudo em faculdades e colégios particulares. Das 62 atletas entrevistadas 75% recebem bolsas de estudo integral e 13% bolsas de estudo parcial. Apenas 11% das atletas não recebem bolsa de estudo para jogar no clube. Esse último número representa as atletas que estudam em universidades públicas e colégios públicos. Dito isto, o clube oferece a oportunidade para quase 100% das atletas do clube, tendo em vista que a maioria das atletas que estudam na iniciativa pública estão nas universidades públicas.

As bolsas oferecidas pelo clube são de forma contínua, de acordo com as atletas. Na pergunta 38 questionamos há quanto tempo as atletas recebem as bolsas de estudos. Estão recebendo bolsas de estudo durante um ou dois anos são a maioria das atletas num total de 46%. Existem atletas que estão recebendo do clube bolsas de estudo num período de cinco ou mais anos, esse quantitativo representa 25% do total de atletas, mostrando que existe uma continuidade e manutenção no fornecimento das bolsas de estudo para as atletas. Aproximadamente 18% das

atletas já recebem entre 3 e 4 anos de bolsa, apenas os 11% que não recebem bolsas de estudo com já mencionado.

As atletas aparentemente têm consciência da importância da bolsa de estudo como agente de mudança em suas vidas. Na questão 37. Perguntamos da importância da bolsa de estudo as atletas (com respostas numa escala de 0 para nenhuma importância e 5 para muita importância) e 95% das entrevistadas classificaram como 5 (muito importante) que o clube ofereça as bolsas atletas. Apesar das atletas terem consciência da importância que a educação subsidiada pelo clube é um fator determinante para sua formação, os treinadores relatam na QUESTÃO XX da entrevista com eles que tentam controlar o desempenho escolar das atletas, porém muitas vezes as atletas já vêm com déficits de ensino antes de entrarem nas instituições ofertadas pelo clube. Esses déficits colaboram para um alto nível de reprovação e desistência da atleta nos estudos. Cristiano explica que

“As atletas têm muita dificuldade em acompanhar o nível de estudo principalmente quando chegam ao clube para jogar nas categorias juniores ou adulto. Normalmente se a atleta não passou pelas categorias de base do clube, não teve oportunidade de estudar em uma escola de qualidade, e é contratada para jogar e ganha bolsa na universidade, porém desistem logo no primeiro semestre ou pedem para mudar de curso, pois as notas normalmente são muito baixas. Outras passam 6 a 8 anos para se formar, onde o curso tem duração de 3 a 4 anos”.

As atletas foram questionadas sobre como é a realidade em seus bairros, se seus vizinhos e colegas tem as mesmas oportunidades que elas têm de estudar em universidades e colégios privados. Apenas 9% das atletas afirmaram que os seus vizinhos e amigos de bairro estudam em colégios ou universidades particulares melhores que os oferecidos pelo clube, 8% das atletas informaram que em seus bairros seus amigos e vizinhos não estudam, mas 41% informaram que seus amigos ou vizinhos estudam em colégios ou faculdades piores que as suas, e que outros 41% estudam em colégios ou faculdades do mesmo padrão que os oferecidos pelo clube.

É necessário entender que normalmente essas atletas são de famílias mais humildes. Em 50% dos casos as atletas moram com 4 a 7 pessoas e em outros 45% das famílias das atletas são compostas por 3 pessoas. Apesar de famílias humildes a pesquisa revela que 67% das atletas moram em casas próprias e 93% em ambiente urbano. Apenas quatro atletas moram em zonas rurais. Dentre as atletas que não moram em residências próprias temos 33% em estado de aluguel e 4 atletas morando em casas cedidas ou emprestadas.

Uma das grandes dificuldades relatadas pelos técnicos em sua entrevista é que os pais não se preocupam mais com os seus filhos depois que passam dos 16 anos. Monique relata que “muitas vezes encontramos alguns pais quando a atleta é da categoria cadete, mas depois não aparecem mais. E a maior preocupação deles é no trajeto de casa para o clube e do clube para casa. Eles não têm muita preocupação com o desempenho escolar das suas filhas por exemplo, nunca ninguém veio me questionar nada”. Dito isto, verificamos que apenas 23% dos pais e 21% das mães concluíram o nível superior. Os pais que não estudaram ou estudaram até a quarta série primária são

aproximadamente 30% e 29% as mães. Os pais que estudaram até a 8 série (primeiro grau completo) representam 10% e as mães 17%, os pais que estudaram o segundo grau completo são 37% e 33% das mães conseguiram concluir o segundo grau.

O baixo nível de escolaridade dos parentes implica no pouco valor dado a educação pela família do atleta. Muitas vezes os treinadores se depararam com pais pedindo para o filho abandonar os treinos para começar a trabalhar e ajudar nas despesas de casa. KEKE exemplifica um caso comum “já tive atleta que o pai obrigou a sair do handebol com 15 anos para trabalhar vendendo pipoca e água no sinal, esse é um caso de muitos, que as vezes a gente nem fica sabendo por que a atleta abandonou os treinos e a escola”.

Quando foi perguntado a renda familiar (somatório das rendas de todas as pessoas que moram com as atletas) os resultados foram os seguintes: 27% das famílias das atletas vivem com apenas um salário mínimo brasileiro ou seja R\$ 954,00 ou €215 euros por mês (1 euro a 4,41 reais cotação do dia 14/06/2018). Cerca de 45% das famílias das atletas sobrevivem com uma renda mensal entre R\$ 954,00 reais (€215,00 euros) e R\$2.862,00 reais (€647,96 euros). Somente 26% das famílias vivem com renda familiar maiores que R\$2.862,00 (€647,96 euros). Quando você associa as rendas familiares com a quantidade de pessoas que moram em juntas na mesma residência, percebe-se que cada membro da família tem aproximadamente R\$ 662,00 reais ou €150 euros por mês para sobreviver.

Para exemplificar a dificuldade das atletas, é apresentado uma simulação simples dos gastos com transportes públicos que as atletas têm para treinas. De acordo com o site do Consorcio do Grande Recife, a tarifa de ônibus mais barata dos Ônibus que circulam no Recife custa R\$3,20 ou €0,72 euros. As atletas treinam diariamente de segunda a sexta. Seriam aproximadamente R\$ 6,40 ou €1,44 euros para uma atleta ir e voltar para casa, um mês com 22 dias úteis a atleta pagaria de transporte público para treinar R\$ 140,80 reais ou €31,68 euros. O custo com transporte para atleta treinar representa 21% da renda individual (662 por pessoa da família).

Quando falamos das rendas das famílias incluímos as rendas que as atletas ganham. Apesar de 70,5% das atletas afirmarem que nunca trabalharam. Elas em 65% dos casos representam no aproximadamente 1/3 da renda familiar. No Estado de Pernambuco existe um programa governo que se chama “Bolsa Atleta”. O Bolsa Atleta contempla os times coletivos que se classificam nas três primeiras colocações nos campeonatos nacionais chancelados pelas confederações (no caso do handebol a chancela é da Confederação Brasileira de Handebol). O fato das atletas sempre estarem entre as três primeiras nas principais competições dão o direito de receber o valor de R\$954,00 reais mensais ou €215 euros mensais do governo. Essa renda incrementa as rendas das famílias dessas atletas como já dito acima.

Existem atletas que não recebem essa Bolsa Atleta, por alguns motivos: a bolsa só contempla 10 atletas das 14 que competem (ou seja 4 não recebem), as atletas não viajam para representar o Estado pois os custos com as passagens aéreas ou terrestre são muito caras para que as atletas participem da competição ou as atletas estão machucadas ou se recuperando de lesão e não participou da competição.

Atualmente 36% das atletas do clube não recebem nenhum apoio governamental ou bolsa atleta. Já as outras 64% das atletas recebem um salário mínimo mensal do Programa Bolsa Atleta para custear as despesas com esporte. Entre as que recebem o benefício 35% diz usar o bolsa atleta com gastos pessoais, apenas 1% disse gastar com lazer, 37,7% afirmou que gasta sua bolsa atleta para viajar para os campeonatos e com material esportivo e os outros 24% utilizam o benefício para ajudar nas despesas da casa.

Os treinadores fazer algumas críticas ao formato do Bolsa Atleta. Cristiano relata que “ o bolsa atleta cria um problema dentro do grupo de 14 atletas, pois é necessário escolher 4 atletas que não serão beneficiadas, porém cada uma tem um papel importante na equipe e é necessário beneficiar as 14. ” Monique critica o fato de “ os treinadores não tem direito a receber o bolsa, pois o Governo justifica que já recebemos os salários dos clubes, o que muitas vezes não é verdade, exemplo aqui no clube que eu e Clebson somos voluntários, só ganhamos visibilidade, mas não ganhamos dinheiro”. Já Clebson acredita que “ só ganha quem é bom, quem é campeão isso aumenta mais a diferença entre os melhores dos piores, na verdade é um processo de exclusão, o governo não incentiva os outros times, que tem muito potencial, na verdade desestimula, o certo era apoiar todos do perdedor ao ganhador”.

De fato, se o bolsa atleta beneficiasse todas as 14 atletas de uma equipe, mais 16 atletas estariam beneficiadas, já que todas as 4 categorias estiveram entre os 3 times melhores do país em 2017. Dos 36% das atletas não contempladas temos um total 22 atletas se as 16 fossem contempladas apenas 6 atletas do clube não receberiam o benefício do Estado. Foi perguntado as atletas se elas achavam justa a divisão do bolsa atleta e 85% das atletas acharam totalmente injusto. Apenas uma atleta acho justa. Já, seis atletas acharam que dependia das condições da atleta no período de receber a bolsa atleta.

O Clube Português apesar de ser um clube tradicional da capital pernambucana, não mantém financeiramente mais nenhum tipo de esporte, como era no passado. O clube na verdade oferece o espaço a duas modalidades: o tradicional hóquei sobre patins (que na última década perdeu muito espaço com falta de adeptos e em títulos) e o handebol que ao contrário do hóquei cresceu em adeptos e títulos. O clube oferece diretamente ao handebol: quadra de segunda a sexta das 13h às 18h, funcionários e limpeza dos vestiários. Mas vale ressaltar que nenhum desses esportes recebem investimentos financeiros por parte do clube. Os departamentos de handebol e hóquei que procuram patrocínios para manter a estrutura de treinos, treinadores, viagens e etc.

O clube em si, oferece toda estrutura social aos atletas, tornando-os sócios atletas e permitindo que participem gratuitamente das atividades sociais do clube e utilização da sua estrutura física para lazer. Os sócios atletas têm acesso gratuito à nataçãõ, a academia de ginastica, a entrar em shows privados, participar de atividades culturais do clube, entre outras atividades que o clube oferece.

Como já dito antes, o departamento de handebol tenta viabilizar pagamento dos treinadores, passagens aéreas, bola de treinamento, padrão entre outros materiais necessários para o treinamento. Porém nem sempre é possível viabilizar tudo. De acordo com o Diretor do clube Felipe

Barros só as equipes femininas nas categorias viajam em média 3 vezes para campeonatos nacionais (Campeonato Brasileiro, Copa do Brasil e Liga Nacional), ou seja, são 12 campeonatos e aproximadamente 192 passagens aéreas para todas as atletas e treinadores. Muitas vezes as atletas assumem as despesas com as passagens aéreas para poder viajar, e se ganhar garantir o recebimento do Benefício do bolsa atleta.

O diretor afirma que: *“o ideal era ter estrutura para ter fisioterapeuta, pagar salários a todos os treinadores, pagar todas as passagens, mas é muito difícil conseguir patrocínios que viabilizem tantas lacunas, precisamos contar com voluntários para manter a engrenagem funcionando”*.

O diretor ainda afirma ter noção que o clube representa ser um agente de mudança na vida dos atletas e gostaria de dar melhores condições. Mas as escolas e faculdades não oferecem dinheiro como patrocínio, ele relata que:

“As instituições de ensino preferem ceder 40 bolsas de estudo para as atletas do clube do que assumir um compromisso financeiro de R\$ 1000,00 reais por mês com o clube, não temos opção, temos que agarrar as bolsas e mostrar aos atletas que é a única moeda de troca que o clube pode oferecer a eles”.

O entendimento do diretor é que as bolsas de estudos como patrocínio ao invés do dinheiro pelo matem os atletas ocupados. Esse entendimento é desta forma colocada por Felipe:

“Os atletas estão fora das ruas. Sempre envolvidos em ações proporcionadas pelo clube: ou estão treinando, ou vivendo as atividades do clube, ou vivendo as atividades escolares e acadêmicas oferecidas pelas instituições de ensino parceiras do clube, ou seja, ele não tem mais tempo para ficar na rua consumindo droga ou se juntando com quem não presta”

Dito isto, o diretor entende que mantendo os atletas em atividade e ocupando o tempo em entidades que oferecem oportunidades de estudar, ganhar dinheiro e fazer o que gosta é o meio que o clube pode mudar as perspectivas que a família não poderia oferecer.

4.3.2.Responsabilidade

Em relação a responsabilidade do clube ajudar as atletas com uma quantia em dinheiro para custear passagens e alimentação, as atletas foram enfáticas, 84% acreditam que o clube pode e deve ajudar a custear essas despesas. Os treinadores acreditam que o clube tem essa responsabilidade também, mas sabem que não tem condições para isso. A treinadora Monique comenta *“o clube teria que pagar sim, mas não consegue nem pagar os treinadores, como irá pagar 60 atletas? É necessário primeiro conseguir patrocinadores para depois cobrar isso do clube”*. Apesar da equipe de handebol feminina ter números de títulos maiores que todas as equipes profissionais do Brasil, de acordo com o diretor Felipe a equipe de handebol não passa de um time amador. Para 40% das atletas o CPR é considerado uma equipe profissional, 25% acreditam ser uma equipe semi-profissional e apenas 35% acham que jogam em uma amadora. A mesma pergunta foi feita aos 3 treinadores e os mesmos acreditam treinar equipes amadoras, mas exigem nos

treinamentos mais que equipes profissionais. Talvez por isso as atletas cobrem melhorias na estrutura por parte do clube.

Para exemplificar os conflitos de pensamentos entre diretoria e atletas, 79% das atletas responderam que é de responsabilidade do clube a fisioterapia e os cuidados com a saúde das atletas quando as mesmas se machucam na prática do handebol. Já o diretor do clube diz que oferece uma parceria com um fisioterapeuta, permitindo que o profissional utilize uma das salas do clube sem pagar aluguel e atenda as atletas por um valor mensal de R\$ 100 reais (€22 euros). Ainda de acordo com o diretor uma única seção de fisioterapia custaria em média R\$50,00 reais para o atleta e com a parceria o atleta pode se tratar por 22 dias seguidos no valor diário de menos de R\$5 reais (€1,20 euro). De acordo com os treinadores, esse cenário poderia mudar se as seções fossem gratuitas, mas que a fisioterapia oferecida pelo clube é justa. Para Cristiano *“o ideal é que o atleta não pague nada, mas comparando com o que os outros clubes oferecem pelo Brasil é melhor que 99% dos nossos adversários”*.

4.3.4 Reconhecimento, diferença de gênero e empoderamento feminino.

As atletas reconhecem de modo geral o papel do clube, da diretoria e dos seus treinadores. A diretoria foi avaliada de razoável para excelente por 73% das atletas. Em relação a estrutura física do clube 64% estão satisfeitas ou muito satisfeitas. Para 96% das atletas a equipe de treinadores e auxiliares são bons ou excelentes. Comparando com outras equipes das regiões, apenas 8,2% acreditam que outras equipes têm melhores condições para a prática do esporte. Já 61% acreditam que o clube reúne as melhores condições para a prática do handebol na região.

As atletas do clube acreditam que o time masculino recebe mais investimento do que os times femininos e 67% acreditam que o fato do diretor ser homem influencia na hora de decidir os investimentos. O diretor se defende afirmando que “no departamento feminino tenho 62 atletas para administrar em 4 categorias e no masculino tenho 23 atletas em uma única categoria. Na verdade, o departamento feminino consome 65% dos recursos financeiros para pagamento de transferências de jogadoras, federação, compra de padrão, passagens aéreas e ainda usam aproximadamente 60 bolsas de estudo. Já o masculino são menos passagens, menos campeonatos e uma menor quantidade de bolsas de estudo, é na verdade mais fácil de administrar. Além disso tudo, a maioria dos atletas do masculino são adultos e já trabalham. Temos médicos, professores, empresários que ajudam nos seus próprios custos” justifica-se o diretor referente a possibilidade de discriminação por parte das atletas.

Interessante descrever que as atletas se sentem empoderadas por jogarem handebol no clube português. Para 82% das atletas participar da equipe do clube torna-as empoderadas ou muito empoderadas. Além disso, 78% das atletas acreditam que a faculdade e as escolas trazem oportunidades de emprego e perspectiva para um futuro melhor.

4.3.4 A realidade das atletas aposentadas (ex-atletas) do CPR

Foram realizados 10 questionários online com atletas que não praticam handebol a mais de um ano. O número ainda é pequeno de atletas que se aposentaram, pois, muitas atletas ainda se

mantem no quadro do clube. Um exemplo dessa longevidade das atletas no clube pode ser exemplificado com a goleira Karla, que está a 15 anos no clube e tem mais de 50 anos de idade. Dentre as entrevistadas, todas afirmam que se aposentaram com mais de 30 anos e nenhuma delas diz que se arrepende de ter se aposentado. Além disso, todas as atletas jogaram pelo CPR mais de 10 anos. Entre as 10 ex-atletas que se aposentaram no pelo CPR, 40% afirmam que se aposentaram por causa da família, 30% devido a não conseguir conciliar o trabalho com os treinos, 20 % se aposentaram por vontade própria e 10% devido à grande quantidade de lesões.

Em relação a formação educacional e inserção do mercado de trabalho, 100% das ex-atletas informaram que receberam mais de 4 anos de bolsas de estudos que tinha parceria com o CPR. Todas as ex-atletas tem nível superior e 30% já fizeram uma especialização (pós-graduação). Quando perguntadas se na época que iniciaram seus estudos os pais ou própria ex-atletas teriam condições de pagar uma universidade particular 20% responderam que “sim” e 80% responderam que “não” teriam condições de pagar por um curso superior em universidade particular.

Além disso, todas as ex-atletas responderam que o CPR foi fundamental para que concluíssem sua vida acadêmica. A pesquisa revela que 90% atletas receberam apoio (benefício) das bolsas de estudo. O papel principal entre CPR e as Instituições de Ensino se dava no requerimento (reinvindicação) para realização de provas em regimes especiais e reposição de conteúdo para atletas (devido à grande quantidade de competições as atletas faltavam muitas aulas e provas e sem a intervenção do Clube para regimes especiais não seria possível a conclusão do curso). O envolvimento do CPR com as instituições de ensino para conscientização de necessidades especiais para as atletas é um ponto que sempre esteve alinhado nas parcerias com as Faculdades e Escolas que o CPR escolhe para ser seus parceiros.

Quando indagadas de quantas pessoas na família (pessoas que moravam com as ex-atletas) tinham curso superior na época que eram atletas, o resultado da pesquisa revela que apenas 20% das pessoas que moravam com as ex-atletas tinham nível superior ou mais. Ou seja, para 80% das ex-atletas elas são os primeiros membros da família a ter nível superior.

Ainda relacionado com educação, identificamos que 90% das ex-atletas afirmam que o CPR intercedia nas agências de estágio das Faculdades para priorizar as atletas e que os estágios não superassem as 4h diárias, para que as ex-atletas pudessem treinar, estudar e estagiar. As mesmas 90% atribuem que o CPR foi “extremamente importante” (numa escala de: nenhuma importância, quase nenhuma, pouca importância, muita importância ou extremamente importante) para sua formação profissional. Atualmente 70% das ex-atletas estão empregadas e as outras 30% tem um negócio próprio. Entre as profissionais das ex-atletas estão: gerente de vendas (1); jornalistas (2); analista de sistemas (1), bombeiras (2) e policial militar (1). Além disso temos 3 empresárias. Porém nenhuma ex-atleta seguiu a área esportiva.

Ao serem questionadas sobre o recebimento das bolsas atletas, 70% das ex-atletas informam que recebiam o benefício do Estado de Pernambuco. Lembrando que para receber este benefício as ex-atletas tinham que ser campeãs Brasileiras de handebol. Dentre as ex-atletas que recebiam o benefício, todas informam que seria impossível treinar e estudar se não recebessem o

bolsa atleta, pois precisariam trabalhar para ajudar em casa. Duas atletas que não recebiam recursos financeiros do bolsa atleta, recebiam uma ajuda de custo oferecidas pelo CPR. Apenas uma atleta não recebia nenhum recurso financeiro. Além disso, 60% das atletas recebiam alimentação oferecidas pelo CPR.

Mais um fenômeno identificado é que as ex-atletas tinham renda familiar na época que eram atletas, menor do que 3 salários mínimos (já contando com os benefícios recebidos pelas ex-atletas na época). Atualmente a todas as atletas informam que sozinhas recebem mais que 3 salários mínimos e que a renda familiar é superior a 5 salários mínimos.

Todas as ex-atletas entrevistadas não moram mais na mesma residência e consideram que suas residências são melhores que as que elas moravam quando eram atletas. Apenas uma ex-atleta afirma que mora de aluguel. As outras nove moram em residências próprias. Apenas 30% dos pais das ex-atletas tinham carro na época que elas eram atletas, esse número se mantém nos dias de hoje, mas todas as atletas afirmam que possui um carro (8) ou uma motocicleta (2) e não fazem mais uso de transportes públicos. Todas responderam que na época de atleta usavam transporte público como principal meio de transporte.

Foi solicitado para enumerar as 5 oportunidades que o clube ofereceu as atletas e as principais respostas foram: viajar pelo país; receber o bolsa atleta, colaborar com as despesas em casa, estudar em uma faculdade particular, aumentar a probabilidade de conseguir emprego, fazer amigos.

CONCLUSÃO

O Clube Português do Recife, juntamente o seu departamento de handebol, administra o time feminino de forma amadora, porém mesmo de uma maneira intuitiva e sem intensão direta pratica a inclusão social de atletas. Ações como: oferecer escolas e faculdades particulares de reconhecida qualidade nacional, trabalhar junto com as universidades a inserção no mercado de trabalho, oportunizar uma melhoria na renda familiar, oferecer oportunidade de manter os jovens ocupados e longe das realidades das drogas e da violência (domestica ou não) que estão entranhados nas regiões que muitas das atletas moram, proporcionar a vivência dentro de atividades culturais dentro do CPR, possibilitar intercambio para as atletas atuarem em países da Europa, jogar e representar a seleção nacional em competições a nível mundial.

Em uma visão superficial aparenta que todo o mérito é do atleta e em conquistar qualquer dos benefícios acima. Vale ressaltar que o CPR não recebe nenhum tipo de retorno financeiro para manter o handebol feminino. Não se aumenta sócios para o clube (principal receita) por se ter o handebol, a mídia Pernambucana não valoriza as conquistas do clube, o esporte não oferece visibilidade para as Empresas, entre outras dificuldades que o clube enfrenta para manter o departamento.

Dito isto é interessante destacar que para atleta ser campeã brasileira ou ir para uma seleção nacional, o clube empenha recursos por um médio a longo prazo invisíveis da sociedade, do governo e dos próprios atletas. Salários de treinadores, material esportivo, taxas com federações (inscrição

por campeonato, mensal por federação, taxa de arbitragem por campeonato), viagens para competições (aproximadamente 100 passagens ao ano no feminino), infraestrutura (quadra, vestiários, copos, academia e etc.) entre tantos outros gastos não perceptíveis que antecedem a um título ou a uma conquista individual.

A diretoria, atletas, treinadores e ex-atletas chamam atenção ao pouco ou nenhum apoio do Governo do Estado de Pernambuco com a modalidade do handebol. Muitas críticas também foram feitas com o único apoio dado pelo Governo as atletas. O programa “bolsa atleta” não favorece a todos os campeões, não favorece aos treinadores e nem aos clubes. É necessário então um maior apoio por parte do Governo e o melhoramento do programa que já existe.

REFERÊNCIAS

- Consejo Ciudadano para La Seguridad Pública y Justicia Penal AC. (2018). *Metodología del ranking (2017) de las 50 ciudades más violentas del mundo*. Ciudad de México.
- Elias, N.; Dunning, E. (1992). A busca da excitação.
- Estadão. (2017). Governo anuncia redução de 29% nos investimentos do Fies.
- Inep. (2015). *Índice Geral de Curso 2015*. Brasília.
- Janeiro, S. de E. do R. de. (2017). Programa de inclusão social pelo esporte nas favelas do Rio de Janeiro. Retrieved February 20, 2020, from <http://arquivo.esporte.gov.br/index.php/112-noticias-segundo-tempo/36939-carinho-atencao-e-esporte-formam-cidadaos-na-favela-do-acari-no-rio-de-janeiro>
- Ministério da Educação. (2015). *Índice de Desenvolvimento da Educação Básica 2015*. Brasília.
- Organização das Nações Unidas. (2013). *A inclusão social e os direitos das pessoas com deficiência no Brasil: uma agenda de desenvolvimento pós-2015*. Brasília. Retrieved from https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/07/UN_Position_Paper-People_with_Disabilities.pdf
- Pernambuco, D. de. (2017). Recife tem o quarto metro quadrado mais caro do Brasil.
- Secretaria de Defesa Social de Pernambuco. (2018). *Crimes violentos contra o patrimônio: Evolução anual dos números de ocorrências de CVP em Pernambuco por município - Janeiro de 2011 a dezembro de 2017*. Recife.
- Unesco. (1993). *Boletín proyecto principal de educación en América Latina y el Caribe*. Santiago.
- Vianna, J. A., & Lovisolo, H. R. (2011, June). A inclusão social através do esporte: a percepção dos educadores. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, 25(2), 285–296. <https://doi.org/http://dx.doi.org/10.1590/S1807-55092011000200010>